

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Inexistência de programas de financiamento para o investimento na recuperação e valorização do património enquanto motor de desenvolvimento: o caso de abandono do Castro de Cárcoda, na freguesia de Carvalhais, concelho de São Pedro do Sul

Destinatário: Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Castro de Cárcoda é um povoado fortificado romanizado de grande extensão. Escavações realizadas nos anos 50, 70 e 90 puseram a descoberto 38 edificações, dentro e fora de muralhas, em granito e planta rectangular, oval e circular e uma dupla muralha em alguns pontos reforçada por um terceiro perímetro e completada por um fosso. Foi ainda encontrado, próximo do povoado, um importante conjunto de gravuras rupestres.

Classificado desde 1955 como Imóvel de Interesse Público, o Castro de Cárcoda encontra-se hoje praticamente abandonado, situação reconhecida e condenada numa Moção aprovada na Assembleia Municipal de São Pedro do Sul a 30 de Junho de 2010.

Em visita efectuada ao local pelo Grupo Parlamentar e por deputados municipais do Bloco de Esquerda, podemos constatar que, para além dos trabalhos de limpeza de vegetação levados a cabo pela Junta de Freguesia, não há qualquer intervenção em curso e nem sequer sinalização adequada ou condições mínimas para a realização de visitas a este conjunto arqueológico.

A autarquia de São Pedro do Sul já anunciou publicamente a vontade de intervir no local, mas, muito embora tenha já o projecto de candidatura para intervenção no local preparado, não existem no momento quaisquer programas para co-financiamento para o efeito a que se possa candidatar e, sozinha, não tem recursos para levar a cabo a recuperação do Castro.

Esta situação é particularmente grave por duas ordens de razão: por um lado este é um dos maiores Castros da Península Ibérica e muito está ainda por escavar e descobrir; por outro lado esta é uma região do interior em que os investimentos na cultura e no património são quase nulos pelo que é um crime cultural e económico retirar à população local a possibilidade de contacto com este



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

património tão rico.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, as seguintes perguntas:

1. Reconhece o Governo que o património cultural é um motor de desenvolvimento territorial?
2. Está prevista a abertura de programas de financiamento direccionados para o investimento na recuperação e valorização do património?

Palácio de São Bento, 30 de Julho de 2010.

A Deputada

Catarina Martins